

A maior parte não fez residência médica, disputa arduamente uma vaga no mercado de trabalho e, muitas vezes se submete a salários aviltantes e regime de trabalho incompatível com as condições mínimas em que a profissão deve ser exercida.

Além disso, a maior parte concentra-se na região sudeste do País, inflacionando cada vez mais o número de profissionais nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, segundo demonstra o levantamento recente efetuado pela FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz).

Neste trabalho da FIOCRUZ fica demonstrado que na relação médico por habitante no interior a concentração é 6 vezes menor, se comparada com as capitais - 0,53/1000 habitantes no interior, contra 3,28/1.000 habitantes nas capitais. Apesar disso, a renda mensal média por médicos é de US\$ 1.163,00 nas capitais contra US\$ 1.600,00 no interior, perfazendo assim, uma renda média geral de US\$ 1.280,00 no Brasil todo.

Surge, neste contexto a proposta que proíbe a criação de novos cursos de medicina por um prazo mínimo de dez anos. A medida está prevista no Projeto de Lei 65/03, apresentado pelo deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), que também veda a ampliação de vagas nos cursos já existentes.

Segundo o deputado "o projeto tem por objetivo combater os cursos de Medicina de má qualidade, além de proteger as condições de trabalho dos médicos formados em instituições de bom nível contra a invasão do mercado por diplomados em cursos ruins". Ele denuncia que grandes empresas de saúde vêm fundando escolas médicas para obter mão de obra barata. "Com as mudanças propostas, haverá maior adequação do número de médicos às necessidades da população brasileira, que terá melhores profissionais e em número suficiente para atendê-la".

O deputado garante que a proibição de novos cursos de medicina não causará prejuízos à população. "O Brasil já tem uma relação de médicos por habitante acima do índice recomendado por instituições internacionais que é de 12 médicos para 10 mil habitantes. Atualmente, o aumento do número de médicos é maior que a taxa de crescimento do total da população" afirma o deputado.

Já a validação de cursos médicos feitos no exterior dependerá de normas específicas a ser editadas pelo Governo, depois de ouvido o Conselho Federal de Medicina. O reconhecimento desses cursos dependerá, entre outros aspectos, do currículo escolar do candidato, da carga horária a que se submeteu e da existência de acordos de reciprocidade com o respectivo País. A matéria deverá ser encaminhada ao exame das comissões competentes.

Não é a primeira vez que propostas como estas surgem em nosso País. Recentemente o Professor Renato Sabbatini da UNICAMP, divulgou artigo no site da www.epub.org com o título "Fechando Escolas de Medicina" e comentava o anúncio do MEC – Ministério da Educação Cultural - de que pelo menos 21 faculdades de Medicina seriam fechadas devido ao péssimo desempenho obtido no Provão. Para se ter uma idéia da inocuidade destas palavras, na época existiam 92 cursos autorizados, ou seja, além de não fechar nenhum curso, o MEC ainda autorizou mais seis.

Os problemas apontados pelo MEC na época além do exame, provavelmente continuam: mau nível de ensino, titulação insuficiente dos professores (proporção baixa de docentes com mestrado e doutorado), más bibliotecas, inexistência de hospitais-escola próprios (alguém consegue imaginar como o próprio MEC autorizou o funcionamento de uma faculdade de medicina sem hospital, pergunta o professor Sabbatini no artigo?), má distribuição da carga didática, etc... E pior: o péssimo desempenho dos alunos numa avaliação que, teoricamente, deveria apenas sacramentar os conhecimentos obtidos na graduação.

É óbvio que existem interesses poderosos no sentido de manter o ritmo de abertura de escolas de medicina, e esta é uma questão política que permeia as esferas federais desde os idos de 1967 quando o então Ministro da Educação Jarbas Passarinho facilitou e estimulou a abertura de diversos cursos em todo o País.

A iniciativa do deputado Chinaglia parece incipiente diante do tamanho dos problemas que enfrentam hoje os educadores ligados aos cursos de Medicina. Entretanto a iniciativa do deputado pode e deve ser estimulada pelos profissionais da área. A interrupção temporária da abertura de novos cursos, talvez possa contribuir para que os processos de valorização profissional ganhem corpo e se desenvolvam a contento.



Dr. Omar Genha Taha é Radiologista, Membro Titular do Colégio Brasileiro de Radiologia e Diretor do portal médico Radiology.com.br